Entretextos

ENTRETEXTOS. Londrina, v.26, esp.1, 2026.
ISSN 1519-5392 UEL
DOI: 10.5433/1519-5392.2026.v26.54570

Incorporação da inteligência artificial generativa na educação: discursos e governança nos processos de plataformização do ensino

Incorporation of generative artificial intelligence in education: discourses and governance in the processes of platformization of teaching

Incorporación de la inteligencia artificial generativa en la educación: discursos y gobernanza en los procesos de plataformización de la enseñanza

Murilo Ferreira Andrade[1]
0000-0002-1106-8866
Izadora Ribeiro e Garcia de Oliveira[2]
0000-0003-4562-379X
Braian Garrito Veloso[3]
0000-0002-9459-5740

RESUMO: A plataformização é um processo contemporâneo de tecnificação das atividades pedagógicas em escolas e outras instituições de educação formal. Mais recentemente, esse fenômeno tem se incorporado à inteligência artificial generativa (IAG), recrudescendo cenários de controle, vigilância, datificação e predição algorítmica tanto do ensino quanto da aprendizagem. Dito isso, o objetivo deste artigo é compreender de que modo a inteligência artificial generativa e os algoritmos, incorporados às plataformas educacionais, operam como tecnologias de governança do ensino, reconfigurando práticas pedagógicas, processos avaliativos e formas de gestão educacional. Em termos metodológicos, o artigo parte de uma abordagem qualitativa de natureza documental, baseando-se na análise de documentos públicos institucionais de plataformas educacionais, organismos internacionais e políticas educacionais. A investigação é conduzida a partir de uma Análise Crítica do Discurso de caráter exploratório em perspectiva leve, articulada ao conceito foucaultiano de

[1] Mestrando em Educação. Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: murilo.andrade1@estudante.ufla.br
[2] Doutora em Administração. Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: ribeiroizadora415@gmail.com
[3] Doutor em Educação; Doutor em Sociologia. Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: braian.veloso@ufla.br

governamentalidade. Pela pesquisa, evidencia-se que a plataformização do ensino reconfigura estruturalmente as racionalidades pedagógicas e de gestão, atribuindo novos sentidos a partir das lógicas de datificação, mensuração e automação decisória. O estudo permitiu observar que plataformas e sistemas algorítmicos contribuem para produzir regimes de verdade sobre aprendizagem, desempenho e qualidade, incidindo sobre a autonomia docente e a experiência discente mediante sofisticados mecanismos técnicos de governamentalidade.
PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia educacional; Inteligência artificial generativa; Plataformização do ensino.

ABSTRACT: Platformization is a contemporary process of technologizing pedagogical activities in schools and other formal education institutions. More recently, this phenomenon has been incorporated into generative artificial intelligence (GAI), intensifying scenarios of control, surveillance, datafication, and algorithmic prediction of teaching and learning. That said, the objective of this article is to understand how generative artificial intelligence and algorithms, incorporated into educational platforms, operate as technologies for governing education, reconfiguring pedagogical practices, evaluation processes, and forms of educational management. Methodologically, the article adopts a qualitative, documentary approach, based on the analysis of public institutional documents from educational platforms, international organizations, and educational policies. The investigation is conducted using a Critical Discourse Analysis of an exploratory nature, articulated with the Foucauldian concept of governmentality. The research shows that the platformization of education structurally reconfigures pedagogical and management rationalities, attributing new meanings based on the logics of datafication, measurement, and automate decisions. The study also revealed that platforms and algorithmic systems contribute to producing regimes of truth about learning, performance, and quality, impacting teacher autonomy and student experience through sophisticated technical mechanisms of governance.
KEYWORDS: Educational technology; Generative artificial intelligence; Platformization of education.

RESUMEN: La plataformización es un proceso contemporáneo de tecnificación de las actividades pedagógicas en escuelas y otras instituciones de educación formal. Más recientemente, este fenómeno se ha incorporado a la inteligencia artificial generativa (IAG), intensificando escenarios de control, vigilancia, datificación y predicción algorítmica tanto de la enseñanza como del aprendizaje. Dicho esto, el objetivo de este artículo es comprender de qué modo la inteligencia artificial generativa y los algoritmos, incorporados a las plataformas educativas, operan como tecnologías de gobernanza de la enseñanza, reconfigurando prácticas pedagógicas, procesos evaluativos y formas de gestión educativa. En términos metodológicos, el artículo parte de un enfoque cualitativo de naturaleza documental, basado en el análisis de documentos públicos institucionales de plataformas educativas, organismos internacionales y políticas educativas. La investigación se conduce a partir de un Análisis Crítico del Discurso de carácter exploratorio, articulado al concepto foucaultiano de gubernamentalidad. La investigación evidencia que la plataformización de la educación reconfigura estructuralmente las racionalidades pedagógicas y de gestión, atribuyendo nuevos sentidos a partir de las lógicas de la datificación, medición y la automatización decisoria. El estudio permitió observar, además, que las plataformas y los sistemas algorítmicos contribuyen a producir regímenes de verdad sobre el aprendizaje, el desempeño y la calidad, incidiendo en la autonomía docente y la experiencia estudiantil mediante sofisticados mecanismos técnicos de gubernamentalidad.
PALABRAS CLAVE: Tecnología educativa; Inteligencia artificial generativa; Plataformización de la enseñanza.

Licença CC BY 4.0

Introdução

Nas últimas décadas, e de forma intensificada com a expansão do ensino remoto e híbrido, observa-se a consolidação de um processo de plataformização do ensino, no qual práticas pedagógicas e administrativas passam a ser mediadas por infraestruturas digitais sobretudo privadas. Esse processo implica mais do que a simples adoção de tecnologias educacionais, configurando uma reorganização estrutural do ensino a partir de plataformas que integram comunicação, gestão, avaliação e monitoramento educacional (Srnicek, 2017; Selwyn, 2021). Estudos recentes indicam que essa mediação tecnológica tende a redefinir tempos, espaços e formas de interação pedagógica, ao passo em que introduz padrões técnicos e organizacionais externos ao campo educacional (Veloso *et al.*, 2025).

A incorporação crescente da Inteligência Artificial Generativa (IAG) às plataformas educacionais aprofunda esse cenário, ao introduzir sistemas de recomendação, monitoramento e predição que passam a ocupar posição central na organização do ensino, podendo inclusive assumir funções tradicionalmente atribuídas ao docente e reconfigurar sua centralidade no processo educativo (Andrade; Oliveira; Martins, 2026). Frequentemente apresentadas como soluções voltadas à personalização e à eficiência, essas tecnologias reforçam narrativas de inovação técnica, ao mesmo tempo em que subordinam processos pedagógicos a métricas, padrões de desempenho e lógicas de gestão algorítmica, e o uso intensivo de dispositivos digitais tem sido associado à redução da atenção e do engajamento acadêmico em contextos educacionais (Andrade; Mendes, 2026; Selwyn, 2019, 2021; Srnicek, 2017), ainda que tal personalização possa ocultar processos de padronização e despersonalização do ensino (Andrade; Oliveira; Martins, 2026).

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo consiste em compreender de que modo a inteligência artificial generativa e os algoritmos, incorporados às plataformas educacionais, operam como tecnologias de governança do ensino, reconfigurando práticas pedagógicas, processos avaliativos e formas de gestão

Licença CC BY 4.0

educacional. Parte-se da compreensão de que a IAG, longe de constituir apenas um recurso didático, atua como um dispositivo que orienta condutas, define normas de desempenho e redistribui responsabilidades entre sujeitos e instituições (Selwyn, 2021; Zuboff, 2019), inserindo-se em uma lógica mais ampla de regulação pedagógica mediada por dados e sistemas técnicos (Veloso *et al*., 2025), com potenciais implicações éticas, cognitivas e formativas que demandam uso crítico e mediado por atores humanos (Andrade; Oliveira; Martins, 2026). Do ponto de vista teórico, o artigo insere-se em uma perspectiva crítica inspirada em Michel Foucault, privilegiando a análise das racionalidades e práticas que atravessam os discursos institucionais, mais do que a aplicação estrita de modelos específicos de análise do discurso.

Para tanto, após esta introdução, o texto discute e conceitua a plataformização do ensino e o capitalismo de dados. Em seguida, tem-se uma análise sobre algoritmos, IAG e governamentalidade. Posteriormente, discute-se as relações entre educação, datificação e subjetivação. Após isso, apresenta-se a metodologia e os procedimentos metodológicos. Os resultados são discutidos na sequência, junto com análises à luz do referencial teórico. As considerações finais sintetizam o conteúdo a arrematam o artigo.

Plataformização do ensino e capitalismo de dados

Em termos conceituais, a plataformização implica a penetração de infraestruturas, processos econômicos e quadros de governança próprios das plataformas em diferentes setores da vida social, reconfigurando rotinas, relações e valores públicos (Poell; Nieborg; van Dijck, 2019). No campo educacional, a plataformização deve ser compreendida como uma reconfiguração estrutural do ensino, e não como adoção pontual de ferramentas. O que se observa é a integração crescente de plataformas às rotinas escolares e universitárias, articulando ambientes digitais, contas institucionais, serviços em nuvem, sistemas de avaliação, comunicação com famílias e gestão de aprendizagem em um mesmo arranjo técnico-organizacional. Isso não significa desconsiderar que determinadas

Licença CC BY 4.0

plataformas e redes sociais possam ser mobilizadas como recursos pedagógicos em experiências específicas. O uso do *Instagram* no ensino de Genética, por exemplo, tem sido analisado como possibilidade de aproximação entre conteúdos científicos, linguagens digitais e práticas de divulgação do conhecimento, favorecendo formas mais visuais e interativas de aprendizagem (Andrade; Nunes; Souza, 2025).

Durante o período pandêmico, essa apropriação pedagógica de recursos digitais também se intensificou em experiências de ensino remoto, extensão e comunicação com famílias. Andrade, Aires e Santos (2024), ao analisarem um projeto de educação ambiental do Colégio de Aplicação de uma Universidade Federal Mineira, evidenciam que ferramentas como *Instagram* e *WhatsApp* foram utilizadas para manter vínculos educativos e propor atividades ecopedagógicas em ambiente doméstico. De modo semelhante, Andrade, Santos e Ribeiro (2024) descrevem o uso de *Instagram*, *blog*, *WhatsApp*, vídeos e outros recursos digitais em atividades de educação ambiental na Educação Infantil durante o isolamento social. Contudo, no contexto da plataformização, essas mesmas ferramentas não podem ser compreendidas apenas como recursos neutros, pois também operam a partir de lógicas de engajamento, visibilidade, ranqueamento e circulação algorítmica dos conteúdos.

A plataformização é inseparável de uma economia política baseada na produção e circulação de dados. Srnicek (2017) argumenta que, no capitalismo contemporâneo, plataformas operam como modelos de negócio cuja força deriva de extrair, processar e valorizar dados, constituindo infraestruturas que conectam atores, organizam interações e consolidam posições dominantes. Na educação, essa lógica se traduz na ampliação de sistemas que coletam rastros de acesso, cliques, tempo de permanência, entregas de tarefas, interações em salas virtuais e padrões de desempenho, formando bancos de dados educacionais que podem orientar decisões e serviços, ainda que tais processos possam reforçar desigualdades educacionais e comprometer dimensões éticas e formativas do ensino quando adotados de forma acrítica (Andrade; Oliveira; Martins, 2026), bem como favorecer práticas de uso intensivo de dispositivos que reduzem o envolvimento e a atenção dos estudantes em contextos educacionais (Andrade;

Licença CC BY 4.0

Mendes, 2026). Mesmo em experiências pedagógicas com finalidades formativas e extensionistas, a mediação por plataformas tende a introduzir formas próprias de mensuração da participação, como alcance, curtidas, comentários, visualizações e compartilhamentos, convertendo práticas educativas em registros quantificáveis de circulação e engajamento. Essa transformação tem sido discutida na literatura crítica como datificação da educação, entendida não como mero aumento de dados, mas como reformatamento de práticas educacionais em torno de infraestruturas calculativas que tornam ensino e aprendizagem "legíveis" para gestão, comparação e intervenção (Jarke, 2019). Trata-se de um fenômeno que ocorre no cerne da economia de dados - um novo período histórico-social do capitalismo marcado pela hegemonia ideológica e discursiva de uma certa visão de mundo, tecnologia e sociedade (Sadin, 2018).

A relação entre educação e dados se intensifica quando a coleta é articulada a modelos algorítmicos e a tecnologias de IAG. A promessa da "personalização", um dos motores discursivos da plataformização, depende justamente da produção contínua de dados e de sua análise automatizada, embora essa mesma lógica possa produzir efeitos de despersonalização e redução da mediação pedagógica humana (Andrade; Oliveira; Martins, 2026), além de estar associada, em contextos concretos, à dificuldade de concentração e à fragmentação da atenção decorrentes do uso intensivo de telas (Andrade; Mendes, 2026). Nesse ponto, a crítica de Zuboff (2019) ao capitalismo de vigilância é relevante para pensar como dados comportamentais são convertidos em recursos para previsão e modulação de condutas. Ainda que a educação possua especificidades normativas e institucionais, a incorporação de plataformas tende a expandir práticas de monitoramento e predição, sobretudo quando métricas e painéis (dashboards) passam a organizar rotinas de acompanhamento e decisão. Em termos críticos, isso favorece a naturalização de categorias e classificações algorítmicas como se fossem descrições "objetivas" do aprender, deslocando disputas pedagógicas para regimes de evidência baseados em dados (Zuboff, 2019; Jarke, 2019).

A literatura especializada tem mostrado que a educação se torna, assim, um campo privilegiado de extração, análise e monetização de dados, inclusive por meio

Licença CC BY 4.0

de infraestruturas que conectam políticas, softwares, padrões e visualizações (Veloso *et al.*, 2025). Williamson (2017) descreve como big data e software ganham centralidade em políticas e práticas educacionais, associando-se a investimentos políticos e financeiros e a novas formas de imaginar o futuro da aprendizagem. Em estudos sobre ensino superior, o autor evidencia como a construção de infraestruturas de dados e analytics se articula a imperativos de reforma, gestão e mercado, compondo arquiteturas sociotécnicas que operam como "relés" de objetivos políticos (Williamson, 2018). Mais recentemente, análises sobre a datificação do trabalho docente discutem riscos de reducionismo pedagógico, na medida em que apenas aquilo que pode ser datificado tende a ser reconhecido como valioso e governável (Williamson; Bayne; Shay, 2020), podendo deslocar o professor de sua função mediadora central para uma posição subordinada a sistemas automatizados de decisão (Andrade; Oliveira; Martins, 2026), situação que se expressa empiricamente na redução do engajamento, da atenção e do tempo efetivo de estudo associada ao uso frequente de dispositivos digitais (Andrade; Mendes, 2026).

Essa dinâmica conecta-se diretamente ao crescimento do setor *edtech*, no qual empresas passam a oferecer plataformas, serviços e produtos orientados por dados, configurando mercados educacionais em expansão. A plataformização do ensino envolve, portanto, não apenas mudanças didáticas, mas uma reorganização político-econômica do setor educacional, com novas dependências, contratos, padronizações e disputas por infraestrutura. Uma contribuição importante nesse debate é a noção de "rentismo educacional" proposta por Komljenovic (2021), que descreve como plataformas e dados educacionais podem ser transformados em ativos geradores de rendas (*rents*), reorganizando relações entre instituições de ensino e corporações por meio de ecossistemas proprietários.

Por fim, organismos internacionais também têm reconhecido a plataformização como tendência estruturante de sistemas educacionais híbridos. Um exemplo é o marco proposto por Rivas (2021), no âmbito da UNESCO, ao mapear transformações como digitalização e datificação com vistas a novos arranjos educacionais mediados por plataformas, o que reforça a necessidade de analisar

Licença CC BY 4.0

criticamente os deslocamentos de governança e de valores públicos associados a tais processos. Em síntese, a plataformização do ensino pode ser compreendida como um movimento em que educação, tecnologia e mercado se rearticulam: plataformas reorganizam práticas e instituições; dados tornam-se centrais para gestão e predição; e a *edtech* consolida novas formas de poder infraestrutural e dependência institucional (Srnicek, 2017; van Dijck; Poell; de Waal, 2018; Komljenovic, 2021).

Algoritmos, IAG e governamentalidade

A literatura crítica sobre algoritmos e IAG tem enfatizado que essas tecnologias não devem ser tratadas como instrumentos "neutros", mas como arranjos sociotécnicos que incorporam pressupostos, interesses e escolhas normativas. Nesse sentido, algoritmos não apenas "processam dados": eles produzem classificações, hierarquias e critérios de relevância que passam a organizar o que pode ser visto, comparado e decidido em um campo social (Gillespie, 2014; Kitchin, 2019). Ao estruturar a visibilidade e a ordenação de informações, algoritmos exercem um tipo de poder que opera "por meio" da mediação técnica, isto é, ao definir parâmetros do que conta como evidência, desempenho ou risco (Beer, 2019; Pasquale, 2015).

No caso da IAG (especialmente sistemas de aprendizado de máquina), esse efeito tende a se intensificar, porque o foco se desloca do "se/então" programado para regimes de inferência e predição baseados em correlações. Isso favorece formas de governo que atuam indiretamente. Em vez de ordenar diretamente um comportamento, a IAG reorganiza o ambiente de ação por meio de recomendações, ranqueamentos, alertas, pontuações e limiares, tornando algumas condutas mais prováveis e outras menos prováveis, num processo de modulação contínua (Amoore, 2020; Cheney-Lippold, 2011). Em termos sociopolíticos, trata-se de uma regulação que opera por "ajustes" e "arquiteturas de escolha" sustentadas por dados, convertendo perfis probabilísticos em critérios de intervenção (Amoore, 2020; Pasquale, 2015).

Licença CC BY 4.0

É nesse ponto que a contribuição de Antoinette Rouvroy se torna central. Ao propor o conceito de governamentalidade algorítmica, resgatando contribuição foucaultiana, Rouvroy, Berns e Carey-Libbrecht (2013) descrevem um regime de poder que atua a partir de grandes volumes de dados e de operações de correlação/predição, estas orientadas para antecipar e modular comportamentos sem necessariamente recorrer à linguagem clássica da lei, da norma explícita ou da disciplina individualizante (Rouvroy; Berns; Carey-Libbrecht, 2013). Em diálogo posterior, Rouvroy e Stiegler (2016) aprofundam a tese ao discutir um "regime digital de verdade", no qual a produção de "verdades operacionais" (predições e pontuações) tende a reconfigurar critérios de legitimidade e decisão, com efeitos relevantes sobre responsabilidade, julgamento e deliberação. A governança algorítmica, assim, funciona como um poder por perfis, quer dizer, governa-se menos "o sujeito" e mais os padrões inferidos de ação, por meio de métricas e intervenções em tempo real (Rouvroy; Berns; Carey-Libbrecht, 2013; Cheney-Lippold, 2011).

Essa perspectiva conecta-se diretamente a Michel Foucault, para quem governar é, antes de tudo, "conduzir condutas", isto é, operar sobre o campo de possibilidades de ação, por meio de técnicas, racionalidades e dispositivos que articulam saber e poder. Nos cursos do Collège de France, Foucault (2008a, 2008b) descreve a governamentalidade como um conjunto de práticas e racionalidades orientadas à gestão de populações, à produção de saberes (estatísticos, econômicos, administrativos) e à regulação de comportamentos. Conforme Ramminger e Nardi (2008), o neoliberalismo inaugura novas formas de governança, nas quais a aparente redução do Estado moderno implica, em verdade, sua transformação na medida em que passa a operar por meio de mecanismos de controle dos sujeitos e suas subjetividades. Ao olhar para a educação, essa chave permite compreender que tecnologias e métricas não são apenas instrumentos auxiliares. Elas compõem racionalidades de governo que definem o que deve ser considerado "aprendizagem", "qualidade", "eficiência" e "risco", reconfigurando a própria inteligibilidade do fenômeno educacional (Dean, 2009; Rose, 1999).

Quando aplicada ao campo educacional, a governamentalidade ajuda a

Licença CC BY 4.0

interpretar a IAG como parte de uma transformação mais ampla da gestão do ensino. Cresce a centralidade de indicadores, metas, comparações e responsabilização, de modo que professores e estudantes passam a ser governados por expectativas de desempenho e por dispositivos de avaliação contínua. A análise clássica de Ball (2003) sobre performativity já apontava como políticas de responsabilização reconfiguram identidades e práticas docentes ao instaurar regimes de visibilidade, medição e comparação. A entrada de IAG e algoritmos nesse cenário tende a amplificar tais dinâmicas. Não apenas mede-se mais, mas mede-se de modo mais granular e preditivo, com potencial para deslocar decisões pedagógicas para regimes de evidência algorítmica (Perrotta; Selwyn, 2020).

Nessa perspectiva, a intensificação do uso de dados educacionais nas últimas décadas tem sido analisada como parte de um processo mais amplo de datificação da educação. Um dos dispositivos mais emblemáticos desse movimento é o *learning analytics*, que opera a partir da coleta contínua de dados gerados em ambientes digitais de aprendizagem e de sua análise por meio de modelos estatísticos e algoritmos preditivos. São sistemas frequentemente apresentados como instrumentos de personalização da aprendizagem, capazes de identificar necessidades individuais e orientar intervenções, embora se baseiem, em muitos casos, em modelos simplificados e categorias previamente definidas que limitam a complexidade das trajetórias educacionais (Selwyn, 2019).

A personalização algorítmica tem implicações diretas para a autonomia docente, ao oferecer recomendações, classificações e sugestões de intervenção baseadas em dados que tendem a redefinir o papel do professor e a estabelecer expectativas normativas sobre o que conta como ensino eficaz. Concomitantemente, a literatura crítica aponta que esses sistemas podem reforçar desigualdades educacionais, ao reproduzir vieses presentes nos dados e dificultar a contestação de classificações algorítmicas, contribuindo para a produção de sujeitos educacionais mensuráveis e para a intensificação de lógicas de controle no campo educacional (Williamson, 2017; Selwyn, 2019).

Nesse sentido, a datificação contribui para a produção de sujeitos educacionais mensuráveis, cuja identidade é progressivamente construída a partir

Licença CC BY 4.0

de métricas e classificações. Williamson, Bayne e Shay (2020) destacam que a transformação de estudantes e docentes em conjuntos de dados favorece uma ontologia educacional reducionista, na qual apenas aquilo que pode ser medido tende a ser valorizado. Selwyn (2019) complementa essa análise ao afirmar que tais processos não são neutros, pois refletem visões específicas sobre aprendizagem, sucesso e normalidade, frequentemente alinhadas a objetivos institucionais e mercadológicos.

Além disso, a literatura crítica alerta para os riscos de ampliação de desigualdades educacionais por meio da datificação. Sistemas de learning analytics e personalização algorítmica podem reproduzir vieses existentes nos dados, reforçando desigualdades socioeconômicas, culturais e raciais, especialmente quando utilizados para prever riscos de evasão ou desempenho futuro (Selwyn, 2019; Williamson, 2017). A ausência de transparência nos critérios algorítmicos e a dificuldade de contestação dessas classificações aprofundam assimetrias de poder entre instituições, docentes e estudantes. Esse é um risco real também no uso da IAG que, de acordo com Heggler, Szmoski e Miquelin (2025), pode reforçar vieses algorítmicos e recrudescer contextos de desigualdade e exclusão.

Ainda que a literatura sobre tecnologia educacional e cultura digital já tenha identificado diferentes enquadramentos discursivos relacionados ao solucionismo tecnológico e à governança por dados – como as promessas de inovação, eficiência e personalização discutidas por autores como Selwyn (2019, 2021) e Morozov (2018) –, entende-se que tais abordagens, por via de regra, operam com categorias analíticas mais amplas, nem sempre voltadas à especificidade dos arranjos discursivos que emergem no contexto recente da IAG.

A partir dessa estrutura argumentativa, busca-se apreender, em suas especificidades, os modos pelos quais a Inteligência Artificial Generativa é discursivamente construída como tecnologia de governança no campo educacional contemporâneo. Para além de dispositivos propalados como soluções tecnológicas, enfatiza-se, no artigo, o que subjaz às práticas discursivas e suas dimensões, no intuito de identificar como certas visões de mundo são impostos e legitimadas discursivamente para que, assim, sejam introjetadas na subjetividade e, *a posteriori*,

Licença CC BY 4.0

materialmente na educação.

Metodologia

A investigação é conduzida a partir de uma análise de inspiração foucaultiana, articulada ao conceito de governamentalidade, com apoio em leituras críticas do discurso para a identificação de regularidades nos documentos analisados. Quer dizer que a Análise Crítica do Discurso (ACD) é compreendida, neste estudo, como um campo teórico-metodológico que investiga as relações entre discurso, poder e práticas sociais, partindo do pressuposto de que os discursos não apenas refletem a realidade, mas a constroem, legitimando formas específicas de organização social, política e institucional (Fairclough, 2013; Wodak; Meyer, 2009).

A pesquisa, nessa senda, adota uma abordagem qualitativa, de natureza documental e analítico-interpretativa, orientada principalmente pelo referencial foucaultiano, especialmente pelo conceito de governamentalidade. Parte-se da compreensão de que os processos de plataformização do ensino e de incorporação da IAG se constituem como fenômenos sociotécnicos que operam na condução de condutas, na produção de saberes e na organização de práticas educacionais.

Nesse sentido, a análise dos documentos busca identificar regularidades discursivas enquanto práticas que produzem efeitos de verdade, normas e formas de subjetivação, em consonância com a perspectiva foucaultiana. Recorre-se, de modo complementar, a contribuições da ACD apenas como suporte analítico para a leitura dos textos, especialmente no que se refere à identificação de padrões de linguagem e estratégias de legitimação presentes nos materiais examinados, sem que tal abordagem se constitua como eixo metodológico central da investigação.

O corpus documental, por sua vez, é constituído por documentos públicos e institucionais produzidos entre 2018 e 2025, selecionados a partir de critérios de acesso público, relevância para o debate educacional contemporâneo e centralidade no ecossistema da educação digital. Em termos de “soluções” tecnológicas, optou-se por analisar documentos da Google e da Microsoft, duas empresas de grande relevância no que concerne à produção e à comercialização de produtos

Licença CC BY 4.0

educacionais incorporados em escolas brasileiras. Quanto aos organismos internacionais, foram analisados documentos da OCDE e da UNESCO, instituições de caráter multilateral com reconhecida influência na formulação de políticas educacionais em escala global, especialmente na América Latina.

Ora, cabe destacar que o corpus foi constituído a partir de critérios qualitativos de seleção, orientados pela pertinência temática e pela relevância institucional dos materiais analisados. Em termos mais gerais, a delimitação do corpus considerou, com efeito, os seguintes critérios: (i) pertinência temática, privilegiando documentos que tratam diretamente da incorporação de tecnologias digitais e IAG nos processos educacionais; (ii) circulação institucional, priorizando materiais difundidos e utilizados como referência em contextos educacionais; (iii) representatividade, contemplando diferentes tipos de atores (empresas de tecnologia, organismos multilaterais e documentos normativos, por exemplo); e (iv) centralidade no debate contemporâneo, considerando documentos que têm influenciado a formulação de políticas, práticas pedagógicas ou modelos de gestão educacional. Tais critérios não visam à generalização estatística, mas à construção de um corpus analiticamente significativo, capaz de evidenciar regularidades discursivas. Dito isso, o Quadro 1 apresenta a caracterização dos documentos analisados, indicando os tipos, as instituições ou plataformas.

Quadro 1 – Caracterização do corpus documental analisado.

Tipo de documento	Instituição/ Plataforma	Exemplos de documentos analisados	Período
Diretrizes institucionais de plataformas educacionais	*Google for Education*	Políticas de uso educacional, diretrizes públicas sobre dados e recursos de IA	2018–2025
Diretrizes institucionais de plataformas educacionais	*Microsoft Education*	Materiais institucionais sobre serviços educacionais digitais e learning analytics	2018–2025
Relatórios e recomendações internacionais	UNESCO	*Artificial Intelligence in Education: Challenges and Opportunities for Sustainable Development*	2019–2023
Relatórios e recomendações internacionais	OCDE	*Artificial Intelligence in Education: Promises and Implications for Teaching and Learning*	2021

Licença CC BY 4.0

Documentos normativos e políticas educacionais	Órgãos governamentais	Diretrizes e políticas sobre digitalização e inovação educacional	2018–2025

Fonte: Os autores.

Os documentos listados no Quadro 1 foram analisados de forma integrada, e não comparativa, considerando-se suas recorrências discursivas, convergências temáticas e silenciamentos. O interesse da pesquisa concentrou-se nas racionalidades pedagógicas, técnicas e políticas que atravessam esses textos (Foucault, 2008a, 2008b; Fairclough, 2013; Ramminger; Nardi, 2008). A análise priorizou a identificação de regularidades discursivas relacionadas à plataformização do ensino, à datificação da educação, à personalização algorítmica da aprendizagem, ao monitoramento e à predição de trajetórias educacionais, à padronização pedagógica, à responsabilização individual e à opacidade algorítmica. Compreende-se essas regularidades, já o dissemos, enquanto práticas discursivas que operam na produção de regimes de verdade e na condução de condutas, conforme a noção foucaultiana de governamentalidade.

Análise

Antes de mais, cabe salientar que a análise dos documentos permitiu identificar a recorrência de três movimentos discursivos que estruturam a narrativa institucional em torno da IAG. Diferentemente de classificações mais gerais presentes na literatura sobre tecnologia e educação, a tipologia aqui proposta não se limita à enumeração de temas ou argumentos, mas busca apreender a lógica interna de articulação desses discursos no processo de legitimação das plataformas e sistemas algorítmicos.

O Quadro 2 sistematiza esse percurso analítico, explicitando a articulação entre os movimentos discursivos identificados, as categorias analíticas mobilizadas e os principais efeitos educacionais observados a partir da análise documental.

Quadro 2 – Articulação entre movimentos discursivos, categorias analíticas e efeitos educacionais.

Licença CC BY 4.0

Movimento discursivo	Categorias analíticas mobilizadas	Ênfase discursiva nos documentos	Efeitos educacionais identificados
Discurso da promessa	Plataformização do ensino; Personalização algorítmica	IA como inovação, eficiência e solução para a aprendizagem	Naturalização da tecnologia como resposta necessária aos problemas educacionais
Discurso da técnica	Datificação da educação; Monitoramento; Predição	Centralidade de dados, métricas, *dashboards* e *analytics*	Redução da aprendizagem a indicadores mensuráveis
Discurso dos efeitos	Padronização pedagógica; Responsabilização; Opacidade algorítmica	Gestão do ensino por métricas e classificações	Controle ampliado, perda de autonomia e dificuldade de contestação

Fonte: Os autores.

A análise dos documentos institucionais revelou a recorrência de três movimentos discursivos articulados: promessa, técnica e efeitos, por meio dos quais a IAG é mobilizada no contexto da plataformização do ensino. Esses movimentos foram identificados a partir da leitura orientada pelas categorias analíticas definidas na metodologia e aparecem de forma transversal nos diferentes tipos de documentos que compõem o corpus.

O discurso da promessa manifesta-se sobretudo em diretrizes de plataformas educacionais e em relatórios internacionais, nos quais a IAG é associada à inovação educacional, à eficiência institucional e à personalização da aprendizagem. Os documentos recorrem de modo reiterado a vocabulários que vinculam as ferramentas e plataformas à melhoria da qualidade educacional, à otimização de processos pedagógicos e à modernização do ensino, com baixa problematização de seus pressupostos pedagógicos e políticos.

Essa racionalidade técnica se materializa na própria arquitetura das plataformas educacionais, que operam por meio de ecossistemas integrados de serviços e funcionalidades padronizadas. Como explicita a documentação institucional do *Microsoft 365 Education*, trata-se de um "sistema completo" que articula diferentes ferramentas em uma mesma infraestrutura digital, incluindo "*Exchange Online*", "*SharePoint Online*", "*OneDrive for Business*" e "*Microsoft*

Licença CC BY 4.0

Teams" (Microsoft, 2026). A presença desses serviços de forma integrada evidencia não apenas a oferta de recursos, mas a constituição de um ambiente técnico que organiza e orienta as práticas pedagógicas segundo lógicas de interoperabilidade, centralização e padronização funcional.

Pois bem, o discurso da técnica refere-se à operacionalização dessas promessas e se expressa na centralidade atribuída à datificação da educação. Nesse movimento, destacam-se a coleta contínua de dados educacionais, o uso de sistemas de learning analytics, a construção de dashboards e a aplicação de modelos preditivos. A aprendizagem é apresentada como processo rastreável e quantificável, passível de análise automatizada, e os dispositivos técnicos são descritos como instrumentos objetivos de apoio à gestão e à tomada de decisão educacional.

O discurso dos efeitos foi identificado a partir da articulação entre os dois movimentos anteriores e da análise de trechos que indicam consequências pedagógicas e organizacionais associadas à implementação de infraestruturas algorítmicas. Ainda que raramente explicitados de forma direta nos documentos, esses efeitos tornam-se visíveis na recorrência de práticas relacionadas à padronização pedagógica, à intensificação do monitoramento e à responsabilização individual de docentes e estudantes. Observa-se também a presença de opacidade quanto aos critérios e funcionamentos dos sistemas algorítmicos utilizados.

Os resultados evidenciam, portanto, que a IAG é discursivamente construída, no contexto da plataformização do ensino, como um elemento central da reorganização das práticas educacionais. A articulação entre os três movimentos discursivos, promessa, técnica e efeitos, permite compreender a IAG não como ferramenta isolada, mas como parte de uma racionalidade mais ampla de governança educacional orientada por dados, mensuração, métricas e automação decisória.

Essa orientação para a mensuração e o controle dos processos educacionais aparece de forma explícita, por exemplo, em documentos normativos. A Resolução CNE/CEB nº 2/2025 estabelece que o uso de tecnologias digitais deve fundamentar, entre outros aspectos, "os processos de acompanhamento, monitoramento e

Licença CC BY 4.0

avaliação da eficácia, equidade e qualidade da Educação Básica" (Brasil, 2025, p. 1). Essa formulação evidencia a centralidade atribuída à produção contínua de dados sobre o funcionamento do sistema educacional, reforçando uma racionalidade que associa qualidade educacional à capacidade de mensuração, comparação e ajuste permanente.

O discurso da promessa e o discurso da técnica articulam-se diretamente às análises críticas sobre plataformização e datificação da educação, evidenciando como a incorporação da IAG se ancora em narrativas de inovação, eficiência e personalização, ao mesmo tempo em que reconfigura práticas pedagógicas a partir de métricas, dados e processos automatizados. A análise confirma, pois, que a centralidade das infraestruturas de dados e dos sistemas algorítmicos favorece a consolidação de formas de gestão educacional orientadas por desempenho, monitoramento contínuo e predição, reforçando lógicas de padronização e controle no campo educacional.

O discurso dos efeitos, por seu turno, articulado às categorias de padronização pedagógica, responsabilização individual e opacidade algorítmica, permite compreender as implicações pedagógicas e políticas desse processo. À luz da noção foucaultiana de governamentalidade, a IAG educacional opera como tecnologia de condução das condutas, modulando práticas pedagógicas por meio de métricas, indicadores e *feedbacks* automatizados (Foucault, 2008a, 2008b; Ramminger; Nardi 2008). Essa forma de governo aproxima-se do que Deleuze (2006) descreve como sociedades de controle, marcadas por mecanismos contínuos e moduladores de regulação.

Nessa ótica, organismos internacionais enfatizam o papel da IAG na ampliação da capacidade de gestão baseada em dados. Segundo a UNESCO, a Inteligência Artificial pode apoiar sistemas educacionais: "*use data to improve educational equity and quality*" (Unesco, 2019, p. 5), especialmente por meio de sistemas de análise de dados educacionais em larga escala. Esse tipo de formulação reforça a associação entre melhoria educacional e intensificação da coleta, processamento e uso de dados, deslocando o foco das práticas pedagógicas para mecanismos de monitoramento e otimização sistêmica.

Licença CC BY 4.0

Daí que a opacidade algorítmica observada nesses sistemas de coleta e gestão de dados conecta-se diretamente à noção de governamentalidade algorítmica desenvolvida por Antoinette Rouvroy, Berns e Carey-Libbrecht (2013), segundo a qual o governo por algoritmos se apoia em correlações e predições que escapam à compreensão e à contestação dos sujeitos governados. No contexto educacional, isso contribui para a naturalização de decisões mediadas por IAG e para o enfraquecimento da autonomia docente e da experiência discente. Enfraquecimento esse que se dá, também e sobretudo, pela padronização de processos.

As próprias diretrizes de desenvolvimento de tecnologias educacionais evidenciam mecanismos de regulação e controle sobre o uso pedagógico. No caso do *Google for Education*, estabelece-se que “os apps não podem usar dados de estudantes para fins não relacionados à função educacional” e devem seguir critérios rígidos de classificação, uso e funcionamento (Diretrizes [...], 2025). Ainda que formuladas em termos de proteção e adequação pedagógica, as diretrizes operam como dispositivos de normatização das práticas digitais, delimitando usos legítimos e configurando modos específicos de organização da atividade educacional mediada por plataformas.

Diante do exposto, ao articular promessa, técnica e efeitos, a discussão evidencia que a Inteligência Artificial Generativa se consolida como tecnologia de governança educacional, redefinindo o sentido da educação a partir de lógicas de gestão por dados, predição e responsabilização individual. Essa leitura reforça a necessidade de compreender criticamente a IAG não apenas como inovação pedagógica, mas como parte de um regime sociotécnico que reconfigura relações de poder, saber e subjetivação no campo educacional.

Considerações finais

Este artigo analisou a inteligência artificial generativa e os algoritmos no contexto da plataformização do ensino, compreendendo-os como tecnologias de governança educacional e não apenas como ferramentas pedagógicas. A partir de uma pesquisa qualitativa documental e de uma ACD em perspectiva leve, o estudo

Licença CC BY 4.0

evidenciou que a incorporação da IAG à educação se organiza discursivamente por meio da articulação entre promessas de inovação e personalização, operacionalizações técnicas baseadas em dados e efeitos de controle, padronização e responsabilização.

Como principal contribuição, o artigo demonstra que a plataformização do ensino implica uma reconfiguração estrutural das racionalidades pedagógicas e de gestão, deslocando o sentido da educação para lógicas de datificação, mensuração e automação decisória. A análise dos discursos institucionais permite compreender como plataformas e sistemas algorítmicos produzem regimes de verdade sobre aprendizagem, desempenho e qualidade educacional, com implicações diretas sobre a autonomia docente e a experiência discente.

Entre os limites do estudo, destaca-se o foco exclusivo em documentos institucionais, o que restringe a análise aos discursos de legitimação da inteligência artificial generativa, sem examinar empiricamente sua apropriação nas práticas pedagógicas. Nesse sentido, pesquisas futuras realizadas em campo podem aprofundar os efeitos da governança algorítmica no cotidiano escolar, bem como investigar políticas públicas, marcos regulatórios e estratégias de resistência e reapropriação pedagógica.

Referências

AMOORE, L. *Cloud ethics:* algorithms and the attributes of ourselves and others. Durham: Duke University Press, 2020.

ANDRADE, M. F.; AIRES, F. S. L.; SANTOS, A. X. M. Prática e teoria: saberes conectados no projeto de educação ambiental do Colégio de Aplicação (UFLA). *Revista Diálogos Interdisciplinares*, Aquidauana, v. 3, n. 15, p. 440-455, 2024. DOI: 10.55028/gepfip.v3i15.21779.

ANDRADE, M. F.; MENDES, C. L. Impactos do uso excessivo de telas na saúde e no desempenho acadêmico de estudantes universitários. *Revista Cocar*, Belém, v. 24, n. 42, 2026. DOI: 10.31792/rc.v24i42.11109

ANDRADE, M. F.; NUNES, M. A.; SOUZA, L. C. O Instagram como ferramenta pedagógica - o legado de grandes cientistas da genética. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 134–150, 2025. DOI: 10.46667/renbio.v18i1.1662.

Licença CC BY 4.0

ANDRADE, M. F.; OLIVEIRA, I. R. G; MARTINS, R. X. Inteligência artificial aplicada à educação: perda de centralidade docente e impactos formativos. *Devir Educação*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e-1125, 2026. DOI: 10.30905/rde.v10i1.1125.

ANDRADE, M. F.; SANTOS, A. X. M.; RIBEIRO, R. A. Atividades ecopedagógicas no período pandêmico: brincando com coisa séria no Núcleo de Educação da Infância da Universidade Federal de Lavras. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 22, 25 jun. 2024.

BALL, S. J. The teacher's soul and the terrors of performativity. *Journal of Education Policy*, v. 18, n. 2, p. 215–228, 2003. DOI: 10.1080/0268093022000043065.

BEER, D. The social power of algorithms. *In*: BEER, D. (org.). *The social power of algorithms*. London: Routledge, 2019. p. 1–13.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 57, p. 58, 24 mar. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002_25.pdf. Acesso em: 5 ago. 2026.

CHENEY-LIPPOLD, J. A new algorithmic identity: soft biopolitics and the modulation of control. *Theory, Culture & Society*, v. 28, n. 6, p. 164–181, 2011. DOI: 10.1177/0263276411424420.

DEAN, M. M. *Governmentality:* power and rule in modern society. London: Sage, 2009.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre las sociedades de control. *Polis*: Revista Latinoamericana, n. 13, 2006.

DIRETRIZES: google for education. 2025. Disponível em: https://developers.google.com/edu/guidelines?hl=pt-br. Acesso em: 31 jul. 2026.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis*: the critical study of language. London: Routledge, 2013.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977–1978). Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica:* curso dado no Collège de France (1978–1979). Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

Licença CC BY 4.0

GILLESPIE, T.; BOCZKOWSKI, P. J.; FOOT, K. A. (ed.). *Media technologies:* essays on communication, materiality, and society. Cambridge: MIT Press, 2014.

HEGGLER, J. M.; SZMOSKI, R. M.; MIQUELIN, A. F. As dualidades entre o uso da inteligência artificial na educação e os riscos de vieses algorítmicos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 46, p. e289323, 2025. DOI: 10.1590/ES.289323.

JARKE, J.; BREITER, A. The datafication of education. *Learning, Media and Technology*, v. 44, n. 1, p. 1–6, 2019. DOI: 10.1080/17439884.2019.1573833.

KITCHIN, R. Thinking critically about and researching algorithms. *In*: BEER, D. (org.). *The social power of algorithms*. London: Routledge, 2019. p. 14–29.

KOMLJENOVIC, J. The rise of education rentiers: digital platforms, digital data and rents. *Learning, Media and Technology*, v. 46, n. 3, p. 320–332, 2021. DOI: 10.1080/17439884.2021.1891422.

MICROSOFT. *Microsoft 365* Education: service descriptions. [S. l.]: Microsoft, 2026.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech:* a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

PASQUALE, F. *The black box society*: the secret algorithms that control money and information. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

PERROTTA, C.; SELWYN, N. Deep learning goes to school: Toward a relational understanding of AI in education. *Learning, Media and Technology*, v. 45, n. 3, p. 251–269, 2020. DOI: 10.1080/17439884.2020.1686017.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platformisation. *Internet Policy Review*, v. 8, n. 4, p. 1–13, 2019. DOI: 10.14763/2019.4.1425.

RAMMINGER, T.; NARDI, H. C. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 12, n. 25, p. 339–346, abr./jun. 2008. DOI: 10.1590/S1414-32832008000200009.

RIVAS, A. *The platformization of education:* a framework to map the new directions of hybrid education systems. Paris: UNESCO International Bureau of Education, 2021.

ROSE, N. *Powers of freedom:* Reframing political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ROUVROY, A.; BERNS, T.; CAREY-LIBBRECHT, L. Algorithmic governmentality and prospects of emancipation. *Réseaux*, v. 177, n. 1, p. 163–196, 2013. DOI: 10.3917/res.177.0163.

Licença CC BY 4.0

ROUVROY, A.; STIEGLER, B. The digital regime of truth: from the algorithmic governmentality to a new rule of law. *La Deleuziana*, n. 3, p. 6–29, 2016.

SADIN, É. *La silicolonización del mundo:* La irresistible expansión del liberalismo digital. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

SELWYN, N. *Should robots replace teachers?:* AI and the future of education. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019.

SELWYN, N. *Education and technology*: key issues and debates. London: Bloomsbury Publishing, 2021.

SRNICEK, N. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

UNESCO. *Artificial intelligence in education:* challenges and opportunities for sustainable development. Paris: UNESCO, 2019.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. *The platform society:* public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VELOSO, B.; PARESCHI, C. Z.; MAURICIO, G. C.; OLIVEIRA, A. A. Plataformização da educação superior: privatização, padronização e alienação nos processos de ensino. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 15, n. 1, p. 1–15, 2025. DOI: 10.14393/REPOD-v15n1a2026-79247.

WILLIAMSON, B. *Big data in education: The digital future of learning, policy and practice*. London: Sage, 2017.

WILLIAMSON, B. The hidden architecture of higher education: building a big data infrastructure for the “smarter university”. *International Journal of Educational Technology in Higher Education*, v. 15, n. 1, p. 12, 2018. DOI: 10.1186/s41239-018-0094-1.

WILLIAMSON, B.; BAYNE, S.; SHAY, S. The datafication of teaching in higher education: critical issues and perspectives. *Teaching in Higher Education*, v. 25, n. 4, p. 351–365, 2020. DOI: 10.1080/13562517.2020.1748811.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2. ed. London: SAGE Publications, 2009.

ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism:* the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2019.

Recebido em: 30 jan. 2026.
Aprovado em: 06 abr. 2026.

Licença CC BY 4.0

Revisor(a) de língua portuguesa: Juliana de Barros Souto
Revisor(a) de língua inglesa: Bárbara Lopes Garcia de Souza Campos
Revisor(a) de língua espanhola: Calebe Rodrigues Caleffi

Licença CC BY 4.0